

ROSA MARIA DE ANDRADE NERY
NELSON NERY JUNIOR

INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL

Volume I – Tomo I

Teoria Geral do Direito Privado

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL
Volume I – Tomo I
TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO
Rosa Maria de Andrade Nery
Nelson Nery Junior



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Visite nosso site: www.rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [01-2015]

Universitário [texto]

Fechamento desta edição: [03.12.2014]



ISBN 978-85-203-5253-3

Sumário

Capítulo I

A sabedoria jurídica	1
1. O que é o direito e qual sua finalidade?	1
1.1 Arte	6
1.2 Técnica.....	8
1.3 Ciência.....	10
2. Justiça e direito: vontade de verdade.....	11
2.1 Sentido de ciência do Direito e evolução do conceito de Justiça.....	14
2.2 Método científico que visa à Justiça	22
3. Direito e outras ciências	23
3.1 Sociologia	27
3.2 Filosofia	28
4. Direito, Moral e Teologia	29
5. Modos de pensar o Direito.....	37
5.1 Direito natural	38
5.2 Positivismo jurídico	44
5.2.1 Um método de interpretação para revelar a fenomenologia da ética ...	45
5.2.2 A experiência da verdade racional (<i>aletheia</i>) e da verdade ética (<i>emet</i>)....	55
5.3 Análise linguística do Direito	57
5.4 Direito como norma e instituição	58
5.5 Direito como relação jurídica	59
6. Direito, política e ética	60
7. Dogmática jurídica	66
7.1 Evolução do sentido da expressão	70

Capítulo II**A normatividade jurídica: um panorama de teoria geral de direito que também serve à teoria geral do direito privado 75**

8. O direito como processo de compreensão: construção da norma jurídica ..	76
8.1 Proposição prescritiva	78
8.2 Teoria da imperatividade do direito e suas derivações.....	80
9. Coercibilidade, coação e coatividade	88
9.1 A coercibilidade da norma – Desenvolvimento da teoria e sua superação.....	91
10. Obrigações, proibições e permissões; faculdades e ônus.....	98
10.1 Leis preceptivas e leis proibitivas.....	99
10.2 Normas permissivas	100
10.3 Normas cogentes e derogáveis	107
10.4 Normas substanciais e procedimentais.....	109
10.5 Normas gerais e particulares.....	109
10.6 Normas dispositivas, interpretativas e supletivas.....	110
10.7 Norma primária e secundária	111
10.8 Norma de ordem pública e de ordem privada.....	114
11. Norma e ética.....	121
11.1 Norma e lei.....	130
12. Validade, eficácia, eficiência, vigor e vigência da lei.....	139
12.1 Validade.....	139
12.2 Eficácia	154
12.3 Vigor e vigência.....	157
12.4 Eficiência.....	161
12.5 Repristinação.....	166
13. Fontes do direito e Constituição dirigente.....	167
14. Norma fundamental. Constituição.....	169
15. Emenda constitucional	179
16. Súmula vinculante do STF	180
17. A lei	190
18. Lei complementar.....	194
19. Decreto legislativo	196
20. Lei delegada.....	198
21. Lei ordinária	201
22. Tratados internacionais	203

23. Medida provisória	206
24. Decreto	211
25. Resolução	222
26. Outros textos normativos	223
27. Técnicas de elaboração das leis	224
27.1 LC 95/1998.....	226
27.2 Estrutura formal da lei. Preâmbulo, articulado e fecho	229
28. Controle de constitucionalidade das leis e de outros atos normativos	230
29. Outras fontes do direito.....	238
29.1 Costume. Técnica do costume.....	238
29.2 <i>Lex mercatoria</i>	242
29.3 Princípios gerais de direito.....	242
29.4 Cláusulas gerais.....	243
29.5 Doutrina.....	246
29.6 Jurisprudência e direito jurisprudencial.....	248
29.6.1 Eficácia dos atos jurisdicionais.....	251
29.6.2 Validade dos atos jurisdicionais.....	256
29.6.3 Ativismo judicial	258
29.7 Súmula simples dos tribunais	265
30. O Código Civil: Código de Direito Privado.....	266
30.1 Leis principiológicas	267
31. O contrato como lei particular.....	268
32. Interpretação jurídica. Hermenêutica	270
32.1 Interpretação em sentido estrito e em sentido amplo	270
32.2 Critérios de interpretação.....	271
32.3 Interpretação restritiva e interpretação extensiva	274
32.4 Interpretação pelo absurdo.....	275
32.5 Equidade	275
32.6 Epíqueia.....	279
32.7 Analogia.....	286
32.8 Responsabilidade da doutrina e função jurisdicional	288
32.9 <i>In claris non fit interpretatio</i> . Clareza do texto não pressuposta	303
33. Completude do ordenamento.....	304
33.1 Antinomia	308
33.2 Lacuna.....	314
34. Interpretação conforme a Constituição.....	320

Capítulo III**A fenomenologia jurídica:**

o direito como experiência humana.....	327
35. Fenômenos de interesse para o direito: relações humanas	327
36. Relações jurídicas: problemas conceituais	336
37. Situações e relações jurídicas	342
38. Situações jurídicas.....	342
39. O sentido semântico de “situação” na Língua Portuguesa.....	346
40. Relações não subjetivas.....	348
41. Relações de causa/causado (potenciais) e relações de razão (de proporção) ..	350
42. Vínculo obrigacional: relações jurídicas de razão (de proporção).....	354
43. Os institutos jurídicos	359
44. A apreensão lógico-jurídica dos fenômenos e a tradição da linguagem jurídica	362
44.1 Incidência.....	364
44.2 Subsunção	367

Capítulo IV**Evolução histórica do direito privado..... 369**

45. Raízes históricas de direito privado	369
45.1 Dados importantes para a compreensão da história do Direito Romano.....	369
45.1.1 Os primórdios de Roma. A visão histórica tradicional.....	373
45.1.2 Os primórdios de Roma. A visão histórica crítica	376
45.1.3 <i>Civitas quiritaria</i>	381
45.1.4 A Lei das XII Tábuas.....	384
45.1.5 Um legado cultural humanitário	386
45.1.6 República (pré-clássicos – séc. III a.C. até o séc. I a.C.)	390
45.1.7 Principado (clássicos – séc. I a.C. até o séc. III d.C.).....	393
45.1.8 Monarquia absoluta (pós-clássicos – séc. III d.C. até o fim do tempo antigo)	394
45.2 Apontamentos sobre a evolução histórica do direito privado moderno	394
45.2.1 Transformações políticas e socioculturais da Europa invadida pelos povos bárbaros	395
45.2.2 O império do Oriente e a compilação da legislação justinianeia	398

45.2.3 O ensino do Direito no Ocidente e o nascimento do moderno	
Direito Privado	401
45.2.4 A ciência escolástica e os glosadores	403
45.2.5 O fenômeno da recepção do direito romano	404
46. O direito público e o direito privado	407
46.1 Diferenças sistemáticas entre direito público e privado	408
46.2 Finalidades do dualismo	411
46.3 Qual o lugar do Direito Privado?	412
46.3.1 Vocação natural do homem	412
46.3.2 A preservação da Vida como centro de tudo	413
46.3.3 A casa para o povo bíblico	415
46.3.4 O <i>oikos</i> grego	416
46.3.5 O núcleo fundamental da sociedade	417
46.4 Abrandamento da dicotomia direito público e direito privado	418
46.5 Consequências públicas do direito privado	420
47. O conceito de direito civil e de direito comercial no direito antigo	422
47.1 O conceito de direito civil no direito antigo	422
47.2 O conceito de direito comercial no direito antigo	424
47.2.1 O outro lado do direito privado: a atividade comercial	424
47.2.2 Pelas palavras se transmite a cultura	427
47.2.3 Dois institutos importantes na história do direito comercial: Gild e a Hansa	428
47.2.4 A influência do direito germânico e da cultura oriental na formação do conceito de atividade	429
47.2.5 O <i>ethos</i> germânico	431
47.2.6 O sistema jurídico das <i>Mutterstädte</i>	433
47.2.7 Lições da cultura oriental	435
48. Direito civil e direito empresarial	438
49. Direitos difusos e coletivos. Direito privado coletivo	442

Capítulo V

Sistema jurídico de direito privado	447
50. Teoria dos sistemas	447
51. Codificação	451
52. Microsistemas	454
53. Pluralidade de ordenamentos jurídicos	456
53.1 Sistema jurídico aberto e fechado	456

54. Unificação do sistema de direito privado	462
55. Técnica de abertura do sistema – Conceitos indeterminados: cláusulas gerais e conceitos legais indeterminados	464
56. Constituição e direito privado.....	470
56.1 Princípios constitucionais do direito privado	471

Capítulo VI

Direito privado, mercado e economia	477
57. Preliminares	477
57.1 Direito e economia. A análise econômica do direito	479
57.2 Direito econômico e direito privado.....	488
58. Autonomia privada. Livre iniciativa. Liberdade econômica. Liberdade de contratar e liberdade contratual	493
59. A normatividade jurídica da economia de mercado. Princípios constitucionais da ordem econômica	495
60. Tutela do consumidor e do meio ambiente	497
61. Direito comunitário europeu e direito interno	503
62. Princípios do comércio internacional	506
63. Direito privado e relações de trabalho e de previdência social.....	508
64. Sistema financeiro.....	511
64.1 História	514
64.2 Regulamentação do sistema financeiro.....	516

Capítulo VII

Principiologia do Direito Privado.....	521
65. Princípio, regra e a eficácia jurídica dos direitos fundamentais.....	521
66. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	531
67. Princípio da livre concorrência	539
68. Princípio da autonomia privada. Liberdade e igualdade negocial.....	542
69. Princípio da solidariedade. Consciência social.....	547
69.1 Aspectos culturais do princípio da solidariedade	549
70. Princípio da função social do direito privado	555
70.1 Teoria da funcionalização dos direitos: noção do conjunto do sistema jurídico	555
70.2 Função social do contrato, da empresa, da propriedade	558

71. Princípio da boa-fé objetiva ou da lealdade.....	569
71.1 Lealdade e Administração Pública.....	580
72. Princípio da imputação civil dos danos.....	591
73. <i>Praecepta iuris</i>	593
74. Eficiência das informações	594
Bibliografia	597
Índice Alfabético-Remissivo	677
Índice Legislativo	723
Índice Onomástico	733

ROSA MARIA DE ANDRADE NERY
NELSON NERY JUNIOR

INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL

Volume I – Tomo II

Parte Geral

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL

Volume I – Tomo II

PARTE GERAL

Rosa Maria de Andrade Nery

Nelson Nery Junior



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Visite nosso site: www.rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [03-2015]

Universitário [texto]

Fechamento desta edição: [19.03.2015]



ISBN 978-85-203-5359-2

Sumário

Capítulo I

A pessoa no direito civil. Personalidade como qualidade própria do sujeito de direitos..... 1

- 1. Conceito de pessoa 1
 - 1.1 Pessoa: sujeito de direito. Enfoque diferente do estudo dos denominados direitos de personalidade 6
 - 1.2 As dificuldades para distinguir o instituto da “personalidade”, de teoria geral, do “direito geral de personalidade”, uma disciplina própria 8
- 2. Personalidade e atributos da personalidade: capacidade, status [individual, familiar e social], fama, nome e domicílio 13
 - 2.1 Capacidade 14
 - 2.2 Legitimidade negocial 15
 - 2.3 Estado da pessoa 18
 - 2.4 Nome 19
 - 2.5 Domicílio 21
 - 2.6 Fama 22
 - 2.6.1 Dados sobre a vida privada da pessoa. Direito ao segredo 23

Capítulo II

A personalidade jurídica..... 31

- 3. Pessoas físicas e jurídicas 31
- 4. Pessoas físicas 33
 - 4.1 Personalidade. Início e fim 33
 - 4.2 O nascituro 34
 - 4.3 A morte da pessoa natural 37
 - 4.4 Comoriência e morte presumida 40
 - 4.5 Incerteza da morte, ausência e sucessão provisória 42

5. Pessoas jurídicas.....	44
5.1 Nascimento da pessoa jurídica.....	45
6. Associações Cíveis.....	49
6.1 Sindicatos.....	49
7. Sociedades.....	50
7.1 Classificação das sociedades.....	50
7.2 Terceiro setor.....	52
7.3 Sócios e sociedade.....	53
7.4 Regularização da sociedade.....	53
8. Fundações.....	54
9. Organizações Religiosas.....	58
10. Partidos Políticos.....	59
11. Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada.....	60
12. Entes sem Personalidade Jurídica.....	60
12.1 Família.....	62
12.2 Massa falida.....	64
12.3 Herança.....	66
13. Desconsideração da personalidade jurídica.....	66
14. Cotitularidade de direitos.....	67
15. O grupo econômico como protagonista de direitos e obrigações.....	68
Capítulo III	
Bens jurídicos.....	79
16. Bens, coisas e objetos.....	79
17. Patrimônio.....	85
18. Patrimônio e titularidade.....	88
18.1 Patrimônio de grupos econômicos. Comunhão simples e unitária.....	88
18.2 Patrimônios de afetação.....	92
18.3 Patrimônio e interesse difuso.....	95
19. Patrimônio mínimo.....	99
20. Das diferentes Classes de Bens.....	101
21. Bens considerados em si mesmos e em relação à sua própria natureza.....	106
22. Bens reciprocamente considerados.....	107
22.1 Bens singulares e coletivos.....	111
22.2. Universalidade de fato e de direito.....	112
23. Das coisas corpóreas e incorpóreas.....	116
24. Bens móveis.....	117
25. Bens imóveis.....	118

26. Bens fungíveis e infungíveis	120
27. Bens Consumíveis e Não Consumíveis	122
28. Bens de consumo	123
29. Bens Divisíveis e Indivisíveis	124
29. 1. Bens indivisíveis e obrigação indivisível.....	126
30. Bens Públicos e Privados.....	128

Capítulo IV

Preservação do direito ao domicílio..... 133

31. Domicílio.....	133
31.1. Residência e morada.....	136
31.2. Inviolabilidade do domicílio.....	137
32. Domicílio eletrônico	138
33. Domicílio de pessoas jurídicas	139
34. Domicílio necessário	139
35. Mudança de domicílio.....	141
36. Domicílio de eleição.....	142

Capítulo V

Fatos, atos e negócios jurídicos..... 145

37. Fatos como causa jurídica: fatos jurígenos.....	145
38. O fato jurídico em sentido amplo e em sentido estrito	147
39. Atos jurídicos e sua classificação	150
40. Negócios jurídicos, seus elementos e classificação.....	152
41. Bases subjetiva e objetiva dos negócios jurídicos	156
41.1. Cláusulas gerais.....	160
42. Relação de consumo: situação jurídica complexa.....	163
43. Negócios jurídicos e direito intertemporal.....	167

Capítulo VI

Causa..... 169

44. Causa: dificuldades conceituais	169
45. O termo usado como elemento necessário para a apuração da responsabilidade (em relação potencial de causa/causado).....	171
46. O termo usado como fato que propicia justo recebimento de bens ou vantagens	173
47. Causa do contrato.....	175

Capítulo VII**Representação** 179

48. Noções gerais e dificuldades teóricas 179
49. Conceito e funcionalidade da representação ativa e passiva 182
50. Necessidade de limites à representação 184
51. O instituto, suas classificações e as fontes do poder de representação 186
52. Poder de representação: excesso, carência, abuso 189
53. A representação e os vícios de consentimento 191
54. Representação judicial da pessoa estrangeira em solo brasileiro 192

Capítulo VIII**Divergência entre a vontade real e a vontade declarada na teoria geral do negócio jurídico** 195

55. Teoria da vontade (*Willenstheorie*) 195
56. Teoria da culpa in contrahendo (*Jhering*) 198
57. Teoria da responsabilidade 199
58. Teoria da declaração (*Erklärungstheorie*) 199
59. Teoria da confiança (*Vertrauenstheorie*) 200
60. Confronto e análise crítica das teorias. Tentativa de compatibilização 201

Capítulo IX**Conceitos e elementos da reserva mental** 207

61. O que é *reserva mental*? 207
62. Elementos da reserva mental 209
63. Natureza jurídica da reserva mental 212
64. Negócios jurídicos suscetíveis de serem celebrados com reserva mental ... 214

Capítulo X**Do negócio jurídico** 217

65. Existência, validade e eficácia: panoramas distintos 217
66. O sistema civil das nulidades. Validade (nulidade e anulabilidade) e eficácia 221
- 66.1. Nulidade absoluta e nulidade relativa 225
- 66.2. Conversão, confirmação e ratificação do negócio jurídico anulável ... 230
- 66.3. Nulidade total e a nulidade parcial: *Utile per inutile non vitiatur* 235
- 66.4. Nulidade virtual e a nulidade textual 237

66.5. Nulidade pode ser de pleno direito ou dependente de alegação	240
66.6 Nulidade e ordem pública	244
66.7. Legitimidade negocial	248
66.8. Vícios do negócio jurídico	251
66.8.1. Vícios da vontade (vícios do consentimento)	251
66.8.2. Erro	257
66.8.3. Dolo	263
66.8.4 Coação	266
66.8.5. Estado de perigo e lesão	269
66.9 Vícios sociais	274
66.9.1 Fraude contra credores	275
66.9.2 Ação pauliana	285
67. Simulação	292
68. Negócio indireto, fraude à lei e simulação	301
69. O negócio viciado	313
69. 1. Natureza da ação. Validade do negócio jurídico	313
69. 2. Caducidade do direito de anular o negócio viciado	316
70. Base do negócio jurídico. Conceito	320
70.1. Base subjetiva do negócio	321
70.2. Base objetiva do negócio	321
70.3. Consequências da alteração da base do negócio jurídico	322
71. Motivo do negócio jurídico como elemento da base negocial subjetiva	324
71.1. <i>Demonstratio</i> e motivo	325
72. Eficácia	325

Capítulo XI

Licitude, ilicitude, dano e responsabilidade	327
73. Licitude, ilicitude e dano	327
74. Responsabilidade contratual e extracontratual	329
74.1 Culpa, dolo e excesso culposo	332
75. Indenização: reparação e compensação	334
76. Abuso de direito	336
76.1 O abuso de direito no direito positivo brasileiro	343
76.2 Sanção para o abuso de direito	345
77. Perda de uma chance	348
78. Ilicitude por ofensa à base objetiva do negócio jurídico e o poder de resilir	350

Capítulo XII

Prescrição e Decadência	353
79. Funcionalidade do instituto	353
80. Prescrição e decadência: distinção. Pretensão.....	358
81. Pretensão condenatória. Inibitória, ressarcitória e reintegratória.....	365
82. Desdobramentos práticos da pretensão de reconhecimento de prescrição e de decadência	368
83. Teoria da <i>actio nata</i>	370
84. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.....	372
85. A <i>Verwirkung</i> do direito alemão.....	372
86. Termo inicial do prazo prescricional.....	373
87. Prescrição e irretroatividade da Lei	377

Capítulo XIII

Forma e prova dos atos jurídicos	383
88. Observações preliminares a respeito do fato probando e da prova	383
89. Prova jurídica.....	386
90. Necessidade jurídica da forma	388
90.1 – Forma <i>ad substantiam</i> ou <i>ad solemnitatem</i> e a forma <i>ad probationem tantum</i>	392
90.2 – Fronteira entre o direito civil e o processo civil.....	394
91. Prova no direito material: prova legal.....	397
92. Prova processual	400
93. Prova por indícios e presunções.....	401
94. Forma dos negócios jurídicos.....	403
95. O sistema das provas e o momento atual do Direito Privado. <i>Onus probandi</i>	407
96. Prova documental.....	409
97. Prova eletrônica.....	410
98. Meios de prova	411

Capítulo XIV

Modalidades do negócio jurídico	417
99. Conceito e função	417
100. Termo	419
100.1. Termo e prazo.....	421
100.2. Dívida sujeita a prazo.....	424
101. Modo (encargo)	425
102. Condição	427
102.1. Condição aparente	429
103. Efeitos do fato incerto sobre a declaração de vontade.....	433
104. Espécies de condição.....	434
105. Considerações comuns ao termo e à condição.....	437
106. Condição puramente e meramente potestativa.....	439
107. Tutela do negócio condicional	441
Bibliografia	443
Índice Alfabético-Remissivo	523
Índice Legislativo	559
Índice Onomástico	569

ROSA MARIA DE ANDRADE NERY
NELSON NERY JUNIOR

INSTITUIÇÕES
de DIREITO
CIVIL

Volume II

Direito das Obrigações

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL

Volume II

DIREITO DAS OBRIGACÕES

Rosa Maria de Andrade Nery

Nelson Nery Junior



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Visite nosso site: www.rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Rua do Bosque, 820 - Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 - Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 - São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [06-2015]

Universitário [texto]

Fechamento desta edição: [09.06.2015]



ISBN 978-85-203-6396-6

Sumário

Estrutura da coleção	IX
Apresentação da coleção	XI
Capítulo I	
Obrigações: evolução cultural de um conceito jurídico.....	1
1. Ideias do mundo antigo	1
1.1. A harmonia do cosmos	6
1.2. <i>Æ – æs – es</i> . Onde se está. Onde não se está. Onde há ordem. Como se mede a harmonia	9
1.2.1. O ritmo das coisas	9
1.2.2. O fogo	9
1.2.3. A terra	11
1.2.4. O ar	13
1.2.5. A água	13
1.2.6. A medida e o tempo	15
1.2.7. A travessia	18
1.3. <i>Negotia per æs et libram</i>	18
1.4. <i>Solutio per æs et libram</i>	23
1.5. <i>Mancipatio</i>	23
1.6. <i>Nexum</i>	24
2. Os valores do Oriente e a formação do direito	33
2.1. Paideia (<i>παιδεία</i>) nas leis	43
3. Curiosidades em torno do conceito de <i>obligatio</i>	44
4. Aspectos históricos do exercício do poder do credor sobre bens do devedor ao tempo dos germanos	50
5. O direito brasileiro e a proporcionalidade no direito de obrigações	60
5.1. Retrospectiva histórica	60
5.2. A experiência do século XXI	74
5.3. Julgados históricos do STJ	75

Capítulo II**Introdução ao Pensamento de Direito de Obrigações 85**

6. Direito de obrigações: estruturas fundamentais.....	85
6.1 Circulação livre e civilizada de riquezas	85
6.2 Livre-iniciativa e segredo do negócio.....	87
6.3 Peculiaridades da experiência jurídica	90
6.4 Situações e relações jurídicas: uma primeira palavra	92
6.5 Obrigações jurídicas no cenário de outros interesses	94
7. A abrangência do direito de obrigações	95
8. O dever jurídico e o dever moral	96
8.1 Vontade e coerção	96
8.2 Interesse de todos pelo cumprimento da palavra.....	97
8.3 Deveres e obrigações	97
9. <i>Quid debetur e cur debetur</i>	98
10. Obrigação, vontade e <i>pacta sunt servanda</i>	99
11. Obrigação e boa-fé: concepção objetiva da causa da obrigação	100
12. Obrigação e conduta socialmente típica	101
13. Obrigação em sentido amplo	102
13.1 Situações jurídicas. Uma segunda palavra: obrigação, dever e ônus ...	103
14. Pressupostos lógicos das obrigações que decorrem da vontade e das que decorrem do fato.....	104
15. Objeto das obrigações	105
15.1 A patrimonialidade da prestação.....	106

Capítulo III**Pressupostos Lógicos para a Compreensão da Estrutura
Axiológica do Direito de Obrigações 109**

16. Sistema de direito	109
16.1 Estrutura subjetiva e estrutura objetiva do sistema de obrigações.....	110
16.2 Os elementos da noção de obrigação e o sistema de responsabilidade civil	111
16.3 Poder do credor sobre o patrimônio do devedor.....	113
17. Eficácia jurídica do crédito	114
17.1 O crédito como bem jurídico	114
18. As bases do negócio jurídico: subjetiva e objetiva	116
19. Imputação civil dos danos e patrimônio mínimo	119
20. Obrigação e boa-fé.....	120

21. Boa-fé objetiva como cláusula geral	121
21.1 Proibição de comportamento contraditório e <i>venire</i> contra <i>factum proprium</i>	124
22. Princípio da solidariedade social	125
23. Obrigações naturais	126
24. Princípio da autonomia privada	126
24.1 Nova maneira de ver o princípio da autonomia privada	127
25. Vínculos obrigacionais que surgem independentemente da disposição volitiva de alguém se obrigar	128
25.1 Não apenas dos contratos nascem as obrigações	129
26. Princípio da proporcionalidade das prestações	130
26.1 Princípio da excussão menos gravosa para o devedor	131
27. Vínculo de obrigação e de proporção	132
28. A proporcionalidade das prestações	133

Capítulo IV

Sistematização do Direito de Obrigações 135

29. Fontes de obrigações: fatos, atos e negócios jurídicos	135
30. Declaração de vontade de pessoa física e jurídica	137
30.1 Negócio jurídico: vontade de efeitos jurídicos	138
31. Efeitos dos fatos jurídicos	140
32. Negócios jurídicos	141
33. Contratos e função social do contrato	142
34. Condições gerais de contratos e cláusulas contratuais gerais	143
34.1 Controle de cláusulas gerais	145
35. Obrigações oriundas de cláusulas predispostas unilateralmente: contrato de adesão e contratos de massa	146
35.1 Negócio livre ou vinculado ou de economia dirigida	147
36. Declarações unilaterais de vontade e outras figuras	148
37. O ilícito civil e o ato ilícito	149
38. Os sistemas de responsabilidade civil	150
39. Enriquecimento sem causa e pagamento indevido	150
40. Ato e atividade como fontes de responsabilidade civil	154
41. Ato lícito (ou ato jurídico em sentido amplo)	155
41.1 Quase negócio jurídico: gestão de negócios (<i>negotiorum gestio</i>)	155
41.2 Operações jurídicas	156

42. Deveres acessórios	156
43. Direitos de formação	158
44. Posição contratual	158
45. Obrigação como processo	159
46. Obrigações <i>in rem scriptae</i>	160
47. Obrigações <i>ob rem</i> e <i>propter rem</i>	161

Capítulo V

Modalidades das Obrigações 165

48. As prestações	165
49. Classificação das obrigações a partir da forma que a prestação assume em relação ao sujeito	167
50. Prestações de dar	169
50.1 Prestações de dar coisa certa e coisa incerta	170
50.1.1 Obrigações de dar os acessórios de coisa certa	171
51. Prestações de fazer e de não fazer	172
51.1 Obrigações de fazer de natureza fungível	174
51.2 Obrigações de fazer de natureza infungível	175
51.3 Descumprimento das obrigações de fazer e astreintes	176
51.3.1 Execução de obrigação de fazer	180
51.4 Credores de Fazenda Pública. Obrigação de praticar ato que compete privativamente a agente de poder. Intervenção em Estado e Município.....	182
52. Prestações alternativas e conjuntivas	186
53. Das prestações divisíveis e indivisíveis	190
54. Das prestações solidárias	193
54.1. Da solidariedade ativa	195
54.2. Da solidariedade passiva	197
55. Obrigações de prestação pecuniária	202
56. Obrigações puras, condicionais, a termo e com encargo	203
57. Obrigações com cláusula penal e com arras	209
58. Cláusula penal compulsória e cláusula penal compensatória. Conceituação e distinção (CC 408 e 409)	210
59. Obrigações principais e acessórias	213
60. A mora do devedor nas obrigações positivas e líquidas, a termo certo.....	214
61. Obrigações positivas líquidas e ilíquidas	217
62. Exigibilidade e recusa da prestação	224

Capítulo VI**Transmissão da Obrigação 227**

63. Mudança do titular de uma situação jurídica: sucessão <i>mortis causa</i> e <i>inter vivos</i> , a título singular e a título universal	227
64. Cessão de crédito	230
64.1 Conceito de cessão.....	230
64.2 Cessão e endosso	233
64.3 Cedibilidade do crédito	235
64.4 Forma do negócio de cessão de crédito e sua eficácia perante terceiros	238
64.5 Cessão de direitos de garantia e sua forma	241
64.6 Cessão de direitos litigiosos	243
65. Assunção da dívida.....	249
65.1 Delegação.....	251
65.2 Modalidades de assunção da dívida.....	252
65.3 Expromissão: assunção da dívida e estipulação em favor de terceiro ..	254
66. Cessão da posição contratual.....	254

Capítulo VII**Adimplemento e Extinção das Obrigações..... 255**

67. Noções gerais sobre a forma como as obrigações são executadas	255
68. Patologias do vínculo obrigacional, desfazimento do negócio sem o devido cumprimento e impedimento para o cumprimento da obrigação	257
68.1 Inexistência e nulidade do negócio jurídico	258
68.1.1 Conversão	260
68.2 Anulabilidade	261
68.2.1 Confirmação	263
68.3 Resilição	266
68.4 Resolução	267
68.5 Rescisão	269
68.6 Onerosidade excessiva	269
68.6.1 Teoria da imprevisão	273
68.6.2 Teoria da base do negócio	275
68.7 Revisão judicial do contrato	278
68.8 Obrigações sujeitas à condição: um problema de validade ou de eficácia do negócio jurídico?.....	279
69. Cumprimento das obrigações: o pagamento e a liberação do devedor	280

70. Quem deve pagar	281
71. A quem se deve pagar	283
72. Objeto do pagamento e sua prova	285
73. Lugar do pagamento	287
74. Tempo do pagamento	289
75. Obrigações sujeitas ao implemento de condição	291
76. Pagamento em consignação	292
76.1 Depósito insuficiente	294
76.2 Atualização do depósito: responsabilidade do depositário	295
76.3 Consignatória e dívida tributária	296
77. Pagamento em sub-rogação	303
78. Imputação do pagamento	305
79. Dação em pagamento	306
80. Novação	308
81. Compensação	317
81.1 Compensação e falência	321
82. Remissão de dívidas	325
83. Confusão	326
84. Prescrição liberatória	328
85. Quitação	333
86. Quitação celebrada mediante adesão	334
87. Pagamento das dívidas da Fazenda Pública, oriundas de decisão judicial (precatórios)	336
88. Coisa julgada da qual deriva o precatório: intangibilidade	340
88.1 Coisa julgada. Finalidade central do processo	341
88.2 Coisa julgada. Efeitos	342
88.3 Coisa julgada. Efeito substitutivo	343
88.4 Coisa julgada. Funções negativa e positiva. Atitudes do juiz	343
88.5 Coisa julgada. Requisitos	344
88.6 Proibição de rediscussão da lide. Intangibilidade da coisa julgada	344

Capítulo VIII

Inadimplemento e Extinção das Obrigações..... 347

89. Inadimplemento absoluto e relativo	347
89.1 Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	348
90. Violação positiva do contrato. Cumprimento defeituoso da obrigação (<i>exceptio non rite adimpleti contractus</i>)	352

91. Mora	354
92. Existência de obrigação previamente ajustada. Condição <i>sine qua non</i> para a configuração da mora.....	360
92.1 Interpelação do devedor	362
92.2 Mora do credor.....	363
92.3 Comissão de permanência.....	366
93. Perdas e danos.....	368
94. Juros.....	372
95. Arras ou sinal.....	378
96. Caso fortuito e força maior.....	381
97. A execução forçada do devedor.....	383
98. Partes legítimas para a execução.....	384
99. Fraude de execução: alienação e oneração de bem penhorado.....	388
100. Declarações e sua força na fixação de obrigações.....	393
101. Prova das obrigações. Forma e instrumento.....	394
102. Protesto, interpelação e notificação.....	399

Capítulo IX

Teoria Geral da Responsabilidade Civil.....	401
103. Responsabilidade civil na teoria geral do direito privado.....	401
104. Uma ideia anterior à imputação: a relação potencial de causa/causado....	410
105. A responsabilidade contratual e extracontratual.....	413
106. Responsabilidade pós e pré-contratual.....	415
107. Responsabilidade objetiva e subjetiva.....	417
107.1 Responsabilidade objetiva e o nexo de causalidade.....	423
108. Responsabilidade e imputação civil.....	428
109. Responsabilidade e indenizabilidade: dano moral e material.....	429
110. Indenizabilidade do dano moral.....	434
111. Responsabilidade civil da Administração Pública.....	441
112. Reparação do dano em matéria ambiental.....	444
113. Fraude de execução: alienação e oneração de bem penhorado.....	445
Bibliografia	449
Índice Alfabético-Remissivo	489
Índice Legislativo	521
Índice Onomástico	531